

PRÁTICAS SOCIAIS DE LETRAMENTO E PRÁTICA SOCIAL: O TRABALHO INFANTIL NA TERRA FIRME

Júlia Antônia Maués¹

Larissa Gabriela Souza Almeida²

Marcos da Silva Crus³

Talyssa Mires Gesta Malcher⁴

RESUMO: A concepção de letramento como uso social de leitura e de escrita tem adentrado suas ações para contemplar uma determinada cultura ou aspecto social em que os sujeitos possam interagir por meio da linguagem de forma situada, tendo uma afinidade com a noção de ação social ou agência dentro da estrutura social, que encara o paradoxo do acesso e promoção social por meio da escola, uma instituição hegemônica em si mesmo. O trabalho infantil é um dos problemas sociais mais preocupantes no Brasil e as estatísticas mostram o lento avanço das políticas no seu enfrentamento, que viola os direitos humanos de crianças e adolescentes à vida, à saúde, a brincar, ao lazer, e ainda acarretam prejuízos que comprometem o seu pleno desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo e moral. Propomos esta pesquisa, explorar a produção do uso social da leitura e da escrita com o propósito de promover consciência crítica: ponte entre a abertura do estudante universitário brasileiro e as comunidades marginais – mais especificamente, a comunidade da EMEF Mário Barbosa, na Terra Firme em Belém, focando o Trabalho Infantil e assim promover a utilização de práticas sociais de letramentos em agências sociais na identificação e debate sobre a exploração do trabalho infantil na comunidade da escola, por meio da seleção dos tipos

1 Profa Dra. Coordenadora da Pesquisa e Professora do Curso de Letras/ IFPA.
E-mail: juliamaués@gmail.com

2 Bolsista LETRAS/PIBEX/IFPA.

3 Bolsista LETRAS/PIBEX/IFPA.

4 Bolsista LETRAS/PIBEX/IFPA.

de materiais didáticos com letramentos para a identificação de crianças envolvidas com o Trabalho Infantil e analisar os dados para encaminhamento dos sujeitos para o PETI – Programa de Erradicação do trabalho Infantil.

Palavras-chave: Letramentos, Agência, Trabalho Infantil

SOCIAL PRACTICES OF LITERACY AND SOCIAL PRACTICE: CHILD LABOUR NA TERRA FIRME

ABSTRACT: The concept of literacy as a social use of reading and writing has engaged their actions to address a particular culture or social aspect in which subjects can interact through language form located, having an affinity with the notion of social action or agency within the social structure, which faces the paradox of access and social promotion through the school, a hegemonic institution itself. The labor child is one of the most pressing social problems in Brazil and statistics show the slow progress of policies in their confrontation, which violates the human rights of children and adolescents to life, health, play, leisure, and still entail losses that compromise their full physical, psychological, cognitive and moral development. We propose this research, exploring the production of the social use of reading and writing in order to promote critical awareness: bridge between the opening of the Brazilian college student and marginal communities - specifically, community EMEF Mario Barbosa, in Terra Firme in Belém-Pará, focusing child labor and thus promote the use of social literacies practices in social agencies to identify and debate on the exploitation of child labor in the school community, by selecting the types of teaching materials with literacies to identify children involved in child labor and analyze the data for submission of subjects to PETI - Child labor eradication program.

KEYWORDS: Literacies, Agency, The child labor

INTRODUÇÃO

A introdução dos estudantes nas práticas de usos sociais da leitura e da escrita na sociedade brasileira, em geral tanto de forma tradicional quanto digital, cria certamente contextos ideais para o desenvolvimento da consciência social, uma condição necessária para entender a sociedade na vertente mais crítica.

Para mediar a comunicação entre indivíduos, qualquer uso semiótico depende de diferentes níveis de convenções, modalidades e gêneros do discurso. Entretanto, como convenções sociais, elas são de natureza ideológica (Street 1984). A noção de letramento como um fenômeno social não vem sendo contemplada pelas abordagens tradicionais do letramento escolar brasileiro, a qual tem levado a uma série de problemas na esfera da educação e no ensino da linguagem. Da perspectiva educacional, as atividades de letramento nas escolas brasileiras são, em vários aspectos, extremamente conservadoras, mais ainda favorecendo e naturalizando um conjunto restrito de valores e conhecimentos culturais hegemônicos.

Contudo, essa falta de orientação formal pode causar alguns problemas ao se propagar entre os alunos. Para estudantes de áreas periféricas isso pode obstruir a possibilidade de aprendizagem da linguagem. Para esses estudantes o uso da linguagem favorecido pelas escolas é uma alienação dos seus panos de fundo culturais e linguísticos, mesmo assim esses estudantes poderiam ser beneficiados com abordagens de ensino que não retira garantias da complexidade envolvida na linguagem e na aprendizagem dos letramentos.

Existem contrastes estruturais impostos para os professores pelas políticas que incluem precárias condições de trabalho nas escolas públicas e a séria falta de um guia teórico-prático para que o caminho do ensino da linguagem possa ser ligado a reflexões linguísticas e sociais mais sofisticadas. Um breve panorama histórico do estudo do letramento no Brasil destaca os desafios enfrentados pelos professores quando eles visam aplicar uma abordagem social para as suas práticas de ensino da linguagem.

JUSTIFICATIVA E PROBLEMA

A direção social no debate sobre letramento foi principalmente influenciada por dois conceitos-chave: o evento e a prática do letramento, ambos os conceitos revelaram que o aceitamento tradicional da aquisição do letramento como restrito a aprender um programa (script) e um conjunto de habilidades neutras era simplista. O conceito de letramento como prática social, mesmo sendo mais, frequentemente, relatado em estudos etnográficos conduzidos a partir de uma perspectiva socioantropológica em Scribner e Cole (1981), Graff (1984), Street (1984; 1989; 2003), Gee (1986), mostra que o letramento vai além da mera aquisição de um programa (script) ; isso também requer da aprendizagem como aplicar o conhecimento de leitura e de escrita para especificar propósitos em contextos específicos de uso. É natural da prática que a ela determine o tipo de habilidade associada ao letramento.

Essa breve revisão da origem de alguns conceitos-chave têm sido fortemente explorados pelo rumo social nos altos estudos do letramento que ensinam que um programa (script) ou um conjunto de habilidades não é a condição suficiente para dar acesso ao estudante a eventos e práticas de letramento. Se nós aceitarmos que esse é papel social e político de professores de linguagem para expandir o repertório linguístico de seus alunos para aumentar as suas possibilidades de interação social e agência, as práticas de letramento deveriam ser o objetivo final das atividades pedagógicas.

Entretanto, quando nós olhamos de um nível teórico mais alto para um nível mais baixo de intervenção, precisamos considerar que o acesso a práticas num contexto escolar formal é um processo gradual; para facilitar e promover a aprendizagem os professores precisam trazer à frente tipos específicos de conhecimento sobre a linguagem para explicitar as escolhas linguísticas que fazem os textos socialmente aceitáveis num contexto de práticas de letramento específicas.

O paradigma crítico de letramento aprofunda-se na discussão social: movendo-se além do ensino da linguagem, isso se concentra no aspecto político da educação. No paradigma crítico, os professores como educadores também são chamados a revelar e questionar a complexa relação que existe entre linguagem e poder, a qual justifica e naturaliza escolhas de linguagens específicas para práticas de letramento específicas. Para mim, parece que ambas as questões o ensino da linguagem e educação críticas são preocupações mais recentes no foco social dos estudos do letramento.

Os trabalhos de Street (2003) e Jank (2000) oferecem uma síntese interessante dessas tendências. Os pontos principais de sua discussão ressaltam o fato de que para trazer a “perspectiva social” para o ensino da linguagem é necessário ir além do local (práticas da comunidade) e do global (desconstrução de discursos hegemônicos).

Como uma possível saída alternativa Street aponta para as necessidades de um trabalho que evita as posições locais/globais extremas e contempla as práticas de letramento como um fenômeno híbrido. Essa concepção de letramento como híbrido tem uma afinidade com o trabalho neo-gramsciano discutido anteriormente. Contudo a opção de uma rota intermediária lidando com a agência dentro da estrutura social, certamente não é uma tarefa fácil e requer que encaremos o paradoxo do acesso e promoção social por meio da escola, uma instituição hegemônica em si mesmo.

A noção gramsciana de hegemonia com uma estrutura perpassada por lacunas criadas por conflitos internos entre grupos sociais e posições mais progressistas mesmo com a hegemonia em si, oferece um campo filosófico promissor para repensar a pedagogia nessa direção. O trabalho desenvolvido por Janks (2000) também releva tal possibilidade.

Discutindo a questão do acesso nas condições da sala de aula, Janks sugere que os professores dão sempre de encontro com conjuntos diferentes de questões que têm relação ao acesso e domínio quando eles lidam com o ensino da linguagem. Janks

suge um foco explícito no relacionamento entre linguagem e poder, baseado na teoria sócio-cultural de linguagem que sustenta o paradigma do Letramento de Educação Crítica, situamos teoricamente este projeto.

De acordo com o autor, mesmo estando todos os estudos desta área focando nos aprendizes da escolarização para entender e instruir a relação entre linguagem e poder, na prática, a tendência é operar com diferentes concepções dessa relação colocando em primeiro plano um ou outro aspecto: dominação, acesso, diversidade ou design.

Considerando o design, Janks (2000:177) refere-se ao trabalho do Novo Grupo de Londres (1996) e menciona o design como uma demanda produtiva de poder em que os estudantes aprendem a usar seus recursos semióticos para a representatividade, com o fim de dar um significado: através da combinação e recombinação desses recursos, os estudantes (aprendizes) podem criar uma possibilidade de transformação e reconstrução, usando o campo social.

Ambos, diversidade e design podem ser realmente explorados para promover uma consciência crítico-social. A visão gramscianiana de que mudanças políticas demandam alianças em meio a grupos sociais pode ser usada produtivamente. A consciência de crítica social deve ser uma meta para a educação, sendo gerada em grupos hegemônicos ou não.

A PESQUISA

A pesquisa propunha explorar a produção do uso social da leitura e da escrita com o propósito de promover consciência crítica: ponte entre a abertura do estudante universitário brasileiro e as comunidades marginais – mais especificamente, a comunidade da EE Mário Barbosa, na Terra Firme em Belém, focando um dos problemas sociais mais gritantes na sociedade brasileira: o trabalho Infantil.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mário Barbosa, localizada na Avenida Perimetral, s/n, no bairro da Terra Firme, foi fundada em 06 de maio de 1994, autorizada pela portaria 28/94, homenageia com seu nome ao assistente social Dr. Mário Barbosa, que foi professor de graduação e pós-graduação do Centro Sócio Econômico da UFPA. A escola oferece para a comunidade as modalidades de ensino fundamental II e médio, nos três turnos, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA) pelo período da noite e é escola parceira do PIBID/IFPA/Letras.

O bairro de localização da escola, Terra Firme, é onde se inclui no quadro geral da realidade de outras cidades brasileiras, ou de cidades de outros países que vivenciam o aumento dos índices de criminalidade. Sabe-se que a violência não é característica apenas da cidade de Belém ela está disseminada no mundo, no Brasil, no Pará, em Belém e em todos os seus bairros e não apenas no bairro da Terra Firme. No entanto, o bairro da Terra Firme é frequentemente citado pela mídia, como os jornais e outros meios de comunicação de massa da cidade e do mundo, através de reportagens relacionadas à violência urbana, a qual também se constitui em violência simbólica, pela manipulação da cultura das pessoas.

De acordo com estudos do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará – NAEA/UFPA (COUTO, 2010) os bairros da Terra Firme e Guamá são os bairros mais violentos de Belém. Rodrigues (1996), também assinala essa característica:

Apesar de o primeiro apresentar um índice alto de violência urbana pela incidência do tráfico de drogas (rota e comercialização de entorpecentes), o crescimento urbano e populacional do bairro da Terra Firme se deu de forma espontânea e problemática, produzindo ampla favelização, com grande poder de atração de imigrantes oriundos do interior do estado e de outros estados: 77,2% originários do interior do estado, destacando-se os municípios de Igarapé Miri, Castanhal, Muaná etc., e 22,8% oriundos de outros Estados, basicamente Maranhão (RODRIGUES, 1996, p. 244).

A Terra Firme situa-se em uma área de baixada da cidade de Belém, no Pará, sobre a Bacia do Tucunduba. Esta área está, em sua maioria, sob o domínio da Universidade Federal do Pará. A origem irregular da área se dá pelo fato da mesma pertencer ao domínio público, além de não condizer morfológicamente com os padrões urbanísticos vigentes na legislação da cidade. Segundo Brazil (2004, p. 15) a má distribuição de renda, o desemprego, os baixos salários e toda política econômica, social e habitacional existente neste país tem imposto um elevado custo ao direito de habitar a cidade e isso tem provocado o assentamento de inúmeras famílias em loteamentos clandestinos, favelas, baixadas, etc. Isso nos remete ao surgimento das favelas como uma área barata e acessível, com moradia sem o mínimo da estrutura básica necessária e sem planejamento urbanístico, ambiental e social (DIAS et al, 2010),

Nesse contexto, a exploração do trabalho infantil doméstico se materializa em atividades – lavar, passar, cozinhar, limpar a casa, cuidar de crianças, ajudar o pai nas vendas de rua, feiras, etc – realizadas por aqueles que prestam serviços domésticos para outras famílias são realizadas também por eles nas suas próprias casas (OLIVEIRA, FNPETI: 2016).

Segundo a mesma autora, as estatísticas mostram o lento avanço das políticas no enfrentamento ao trabalho infantil doméstico que viola os direitos humanos de crianças e adolescentes à vida, à saúde, a brincar, ao lazer, e ainda acarretam prejuízos que comprometem o seu pleno desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo e moral, definido como uma das piores formas de trabalho infantil.

Sobre o trabalho infantil realizado por meninas domésticas na cidade de Belém, atesta Dutra (2007, p. 70)

Pesquisa realizada pelo movimento da República do Emaús (MRE), do Pará em conjunto com a OIT, em 2001, encontrou índices inaceitáveis sobre as condições das meninas trabalhadoras domésticas em Belém, envolvendo humilhações, abuso sexual, baixa escolaridade e violência física. A pesquisa envolveu entrevistas com 247 crianças e adolescentes e mostrou que 10%

eram crianças de cinco a dez anos; 24% já sofriam violência física; 5% afirmaram terem sido abusadas sexualmente; pelo menos 63% vêm de cidades do interior do Estado; a maioria tem baixa escolaridade e ETA em defasagem série/idade; cerca de 87% estão cursando entre a 1ª e a 4ª série do primeiro grau (2007, p. 70).

Entre abril de 2014 e abril de 2015, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou 9.838 operações fiscais para apurar denúncias de trabalho infantil no Brasil. As ações dos auditores fiscais do trabalho das superintendências regionais retiraram desta condição 5.688 crianças e adolescentes.

O guia “Cenário da Infância e Adolescência - 2016” ainda aponta que, das crianças entre 0 e 14 anos, 44% encontram-se em situação de pobreza e 17% em situação de extrema pobreza. Ainda segundo o estudo, quase 188 mil crianças estão em situação de desnutrição (abaixo do peso), 69 mil estão muito abaixo do peso, e mais de 500 mil estão obesas (Ministério da Saúde).

Há políticas de combate ao trabalho infantil no Pará, especialmente, de caráter nacional, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (1996), no entanto, nem sempre tem sido capaz de resolver o problema do trabalho infantil no Estado do Pará.

O PETI possui pontos positivos na busca da erradicação ao trabalho precoce, como a intersetorialidade dos diversos entes da federação e o envolvimento da sociedade civil, mas, não há perspectivas de que alcance esse desiderato no Estado do Pará, eis que, para que seja uma política efetiva depende de uma interação como diversas outras que também o sejam, o que não corresponde à realidade no Estado, eis que muitos de seus municípios não oferecem condições mínimas para que o programa se efetive com sucesso (RODRIGUES, 2015: 173).

Neste cenário, combinamos a utilização pelos bolsistas e estudantes do Curso de Letras/IFPA de materiais didáticos de leitura e escrita, na EE Mário Barbosa, para efetivar a prática social dos letramentos, desta feita colocados a serviço da detecção do envolvimento de crianças da escola no trabalho infantil, a fim de agenciar ações que promovam ações sociais que contribuam para a erradicação do trabalho infantil.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia de pesquisa do grupo partiu da observação do tipo etnográfica com o acompanhamento das atividades de leitura e de escrita em sala de aula da EE Mário Barbosa, precedidas pela pesquisa bibliográfica. Em seguida, foram elaborados materiais didáticos que envolviam a temática do trabalho infantil, e se procedeu a identificação das crianças da escola que estivessem envolvidas em atividades domésticas e fora de casa e se enquadrassem nos moldes do Trabalho Infantil. Os dados do levantamento serão encaminhados para os órgãos competentes do PETI.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As normas que suportam o discurso e a prática escolares são raramente explicitadas aos alunos e como consequência eles acabam sendo acessíveis somente àqueles cujas experiências sociais permitem que eles identifiquem ou interfiram nos padrões sociais que formam a hegemonia específica dos usos de linguagem.

No projeto, explicitamos que as práticas escolares agregadas ao projeto como: Apresentação de um documentário sobre o trabalho Infantil ampliada por rodas de conversa sobre a polêmica: “TRABALHAR OU METER-SE EM CONFUSÃO”.

Vimos que os casos detectados de trabalho infantil seguiam-se de justificativas que era preciso ajudar a família, em primeiro lugar; que eram induzidos pelos próprios responsáveis sob a alegação de que, ocupadas as crianças e adolescentes não teriam tempo ocioso para “aprender o que não presta”. O projeto foi acompanhado por meio do desenvolvimento das suas etapas: desde o levantamento teórico até o momento de inserção na comunidade escolar até o momento do Relatório Final, por meio da elaboração, aplicação e tabulação de dados, bem como por meio do contato com os órgãos do TRT- Belém, responsáveis pela UNESCO, para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.- PETI.

Os dados do levantamento detectaram 15 casos de crianças envolvidas pelo trabalho infantil e foram encaminhados para os órgãos competentes do PETI.

CONCLUSÕES

A introdução dos estudantes nas práticas de usos sociais da leitura e da escrita no Bairro da Terra Firme criou um contexto favorável para o desenvolvimento da consciência social entre os alunos – crianças e adolescentes da escola, uma condição necessária para entender a sociedade na vertente mais crítica.

O modelo de letramento que sustentou a pesquisa foi o modelo ideológico que preconiza o trabalho para a inserção crítica na realidade de ensino de modo a promover a conscientização, por meio da leitura e da escrita, dos problemas sociais reais que um determinado segmento social passa.

A noção de letramento como um fenômeno social foi contemplada e promoveu a utilização de práticas sociais de letramentos para promover agências sociais na identificação e debate sobre a exploração do trabalho infantil na comunidade escola da EE Mário Barbosa na comunidade da Terra Firme em Belém.

Assim, nas esfera da educação e no ensino da linguagem e na perspectiva educacional, as atividades de letramentos na escola se contrapôs às práticas conservadoras e autônomas do uso social da leitura e da escrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M.[VOLOCHINOV]. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec,1981.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

HERNANDEZ, Fernando (2001). Os projetos de trabalho: um mapa para navegantes em marés de incertezas. In: *Projetos*, Revista de Educação, Porto Alegre, v.3,n.4,2-7.

JANKS, Hilary. **The importance of critical literacy. English teaching: practice and critique.** v. 11, n. 1, 2012, p. 150-163.

KLEIMAN, A. B. *Introdução e um início: a pesquisa sobre interação e aprendizagem. Trabalhos em Lingüística Aplicada*, Campinas, IEL/Unicamp, 18:5-4, 1991.

_____. O letramento na formação do professor. **Anais do VII Encontro Nacional da Anpoll**, Porto Alegre, Anpoll, 1993a, pp. 769-774.

_____. Diálogos truncados e papéis trocados: O estudo da interação no ensino de língua materna. **Alfa**, 17:59-74, 1993b.

_____. Por um enfoque interpretativo crítico dos marcadores de interação. **Boletim da Abralin**, 15: 180-186, 1994.

_____. Modelos de Letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A.B. **Os significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos.** Porto Alegre, Artmed, 2006.

PINA, Selma. **Violência simbólica no espaço urbano: a percepção dos atores sociais na escola de aplicação da UFPA acerca da criminalidade no Bairro da Terra Firme, em Belém/PA.** Dissertação de Mestrado, Belém, 2013

STREET, Brian. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação (1984).** Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.